 <b>GUIA DO BENEFICIÁRIO</b>	<b>ORIENTAÇÃO TÉCNICA ESPECÍFICA</b>	<b>Nº 20</b>
	<b>ACÇÃO 2.3.2</b>	
<b>ASSUNTO: Pedidos de Apoio</b>	<b>Versão Actualizada, de 28.01.2010</b>	

## 1. Objecto

Constitui objecto da presente Orientação Técnica Específica a prestação de informações complementares relativas à apresentação de pedidos de apoio no âmbito da Acção 2.3.2 – "Ordenamento e recuperação de povoamentos", de acordo com o disposto no respectivo Regulamento de Aplicação, aprovado pela Portaria n.º 1137-B/2008, de 9 de Agosto.

## 2. Matérias objecto de esclarecimento

### TIPOLOGIA DE APOIOS

Na "Florestação de Terras Agrícolas" a alfarrobeira e o medronheiro apenas são elegíveis na constituição de:

- Povoamentos com fins de protecção, devendo a densidade mínima desses povoamentos ser de 400 árvores por ha;
- Povoamentos mistos, como espécies de acompanhamento ou secundárias.

A utilização destas espécies em terras agrícolas para a produção de fruto é elegível na Acção 1.1.1, «Modernização e Capacitação das Empresa».

### INVESTIMENTOS EXCLUÍDOS

#### Espécies de rápido crescimento


Consideram-se espécies de rápido crescimento exploradas em rotações inferiores a 15 anos as espécies em que o período que separa dois cortes no mesmo local é inferior a 15 anos.

#### Redes de defesa da floresta contra incêndios

Não são elegíveis investimentos para zonas incluídas na rede primária de faixas de gestão de combustível e na rede de pontos de água, inscritas nos planos municipais ou intermunicipais de defesa da floresta contra incêndios. Estes investimentos são elegíveis no âmbito da Acção 2.3.1, «Minimização de riscos».

### CONDICIONALIDADE

Os beneficiários do prémio por perda de rendimento previsto na Florestação de Terras Agrícolas estão obrigados ao cumprimento das normas da condicionalidade. Em caso de incumprimento ou qualquer irregularidade, a redução ou exclusão dos pagamentos aplica-se a toda a sua exploração objecto de apoio no âmbito do Eixo 2.

 <b>GUIA DO BENEFICIÁRIO</b>	<b>ORIENTAÇÃO TÉCNICA ESPECÍFICA</b>	<b>Nº 20</b>
	<b>ACÇÃO 2.3.2</b>	
<b>ASSUNTO: Pedidos de Apoio</b>	<b>Versão Actualizada, de 28.01.2010</b>	

Neste âmbito, são aplicáveis as disposições previstas no Despacho Normativo n.º 7/2005 e as constantes no Anexo do Aviso n.º 9089/2008, do IFAP, publicado na 2ª Serie do DR, de 26 de Março de 2008.

## **BENEFICIÁRIOS**

### **Titularidade**

Os beneficiários têm de ser titulares das explorações florestais onde incidem os investimentos a apoiar ou responsáveis pela gestão dessas explorações, através de contrato ou instrumento equivalente.

### **Áreas agrupadas**

Os agrupamentos e áreas agrupadas constituídos no âmbito de programas de apoio anteriores com contratos de atribuição de ajudas com o IFAP I.P. em vigor, cujo apoio foi atribuído na condição da gestão conjunta dessa área, têm de continuar a observar essa exigência para serem elegíveis nesta Acção.

### **Contratos de gestão**


As entidades gestoras beneficiárias dos apoios previstos nesta Acção, devem possuir contrato de gestão, com os titulares dos prédios objecto do investimento, por um período mínimo de 5 anos, contado a partir da data de celebração do contrato de financiamento, nomeadamente para efeitos de aplicação do art. 27.º “Controlo” do Regulamento de Aplicação da Acção.

No caso das entidades gestoras de áreas agrupadas, aquele período mínimo é de 10 anos.

O contrato a celebrar entre o promotor do pedido de apoio e o titular do prédio rústico deve integrar, no mínimo, os termos constante no Anexo I.

### **Prémios**

O pagamento do prémio por perda de rendimento é efectuado ao titular do prédio florestado, independentemente de ser o próprio ou uma entidade gestora a formalizar o pedido de apoio e a contratualizar a componente relativa ao investimento.

 <b>GUIA DO BENEFICIÁRIO</b>	<b>ORIENTAÇÃO TÉCNICA ESPECÍFICA</b>	<b>Nº 20</b>
	<b>ACÇÃO 2.3.2</b>	
<b>ASSUNTO: Pedidos de Apoio</b>	<b>Versão Actualizada, de 28.01.2010</b>	

## CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

### Verificação do cumprimento dos critérios de elegibilidade

Os critérios de elegibilidade estão previstos nos artigos 9º e 10º do Regulamento de Aplicação, aprovado pela Portaria nº 1137-B/2008, de 9 de Outubro. Estes critérios são verificados mediante os respectivos documentos comprovativos entregues pelo promotor.

A data para validação dos critérios de elegibilidade é, regra geral, a da apresentação do pedido de apoio, com excepção dos seguintes critérios, cujos documentos comprovativos podem ser emitidos até à data da entrega dos mesmos:

- Alínea b), alínea c), alínea d) e alínea e) do Artigo 9º e
- Alínea e) do Artigo 10º, do Regulamento de Aplicação da Acção.

O critério relativo ao cumprimento das disposições legais em matéria de certificação de sementes e plantas, enquadráveis na alínea e) do art. 10.º é verificado à data do pedido de pagamento em que a despesa for apresentada, mediante a apresentação do documento de fornecedor.

## CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE DAS OPERAÇÕES

### Orientações estratégicas para a recuperação de áreas ardidas de 2003 e 2004<sup>1</sup>

Os investimentos relativos ao “restabelecimento do potencial silvícola” localizados no território das 4 regiões de reflorestação: Pinhal Interior e Beira Interior, Ribatejo, Alto Alentejo e Algarve devem estar em conformidade com as orientações definidas.


### Dimensão mínima do investimento

O investimento deve incidir em área que corresponda ao conceito de povoamento florestal, conforme definido na alínea m) do art. 4 do Regulamento de Aplicação da Acção, que deve ter, no mínimo, 0,5 ha e largura não inferior a 20 m.

### PLANO DE GESTÃO FLORESTAL (PGF)

O plano de gestão para Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) a elaborar no caso de pedidos de apoio apresentados pela respectiva entidade gestora, nos termos do estabelecido no n.º 2 do artigo 10.º do Regulamento de Aplicação da Acção, deve obedecer às regras e estrutura definidas pela

<sup>1</sup> Resolução de Conselho de Ministros n.º 5/2006, de 18 de Janeiro.

 <b>GUIA DO BENEFICIÁRIO</b>	<b>ORIENTAÇÃO TÉCNICA ESPECÍFICA</b>	<b>Nº 20</b>
	<b>ACÇÃO 2.3.2</b>	
<b>ASSUNTO: Pedidos de Apoio</b>	<b>Versão Actualizada, de 28.01.2010</b>	

Autoridade Florestal Nacional (AFN). Este plano deve ser entregue através do balcão do beneficiário.

No caso de pedidos de apoio apresentados por entidades gestoras de ZIF, com base no Plano referido no parágrafo anterior, a não aprovação pela AFN do PGF para a área da ZIF elaborado nos termos da legislação aplicável ou a sua não conformidade com os investimentos propostos origina a não elegibilidade da operação, com a consequente cessação do direito à celebração do contrato de financiamento ou rescisão do contrato de financiamento, consoante o momento dessa verificação.

### DESPESAS ELEGÍVEIS

Reabilitação de povoamentos ou de habitats florestais classificados e reflorestação em áreas afectadas pela ocorrência de agentes bióticos na sequência de incêndios

Não são elegíveis despesas relacionadas com o controlo de agentes bióticos. Estas constam da Subacção 2.3.1.2, «Minimização de riscos bióticos após incêndio».

### Elaboração e acompanhamento da execução do projecto de investimento


O valor da despesa elegível não poderá ultrapassar os valores dados pelas fórmulas constantes do quadro abaixo.

O valor máximo elegível aplica-se por subacção.

Sempre que um pedido de apoio incide numa exploração florestal já objecto de financiamento público para a elaboração do PGF ou com um pedido de apoio já aprovado no âmbito das medidas 1.3 ou 2.3 do PRODER, os valores tabelados são reduzidos conforme indicado no quadro.

Área em que incidem os investimentos	Valores máximos das despesas de elaboração e acompanhamento do projecto *	
	Explorações florestais sem PGF co-financiadas nem apoiadas no âmbito das medidas 1.3 ou 2.3 do PRODER	Explorações florestais com PGF já co-financiadas ou apoiadas no âmbito das medidas 1.3 ou 2.3 do PRODER
< 25 ha	750 €	500 €
≥ 25ha e < 50 ha	750+30(A-25) €	500+20(A-25) €
≥ 50ha e < 100 ha	1500+20(A-50) €	1000+14(A-50) €
≥ 100 ha	2500+10(A-100) €	1700+7(A-100) €

\* "A" representa a área de incidência do investimento em hectares

 <b>GUIA DO BENEFICIÁRIO</b>	<b>ORIENTAÇÃO TÉCNICA ESPECÍFICA</b>	<b>Nº 20</b>
	<b>ACÇÃO 2.3.2</b>	
<b>ASSUNTO: Pedidos de Apoio</b>	<b>Versão Actualizada, de 28.01.2010</b>	

## OBRIGAÇÕES DOS BENEFICIÁRIOS

Nos termos da alínea b) do art. 13.º do Regulamento de Aplicação da Acção, o beneficiário deve verificar se está sujeito ao Regime de Mercados Públicos, isto é, se lhe é aplicável o Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, para as operações iniciadas antes da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro (que aprovou o Código dos Contratos Públicos), ou se lhe é aplicável

este último com a Declaração de Rectificação n.º 18-A/2008, de 28 de Março, para as operações iniciadas após essa data. Se for o caso, deve aplicar as regras da contratação pública para a adjudicação da execução dos investimentos apoiados.

O apoio à florestação de terras agrícolas ou à instalação de sistemas agro-florestais deve incidir em prédios inscritos no sistema de identificação parcelar, podendo o promotor proceder a essa inscrição até à contratação dos apoios.

## NÍVEL E LIMITES AOS APOIOS


O nível do apoio para infra-estruturas a elaboração e acompanhamento da execução do projecto, nos casos em que o pedido de apoio compreende espécies folhosas e espécies resinosas ou tipologias de investimento com níveis de apoio diferentes, é igual ao do investimento ou da tipologia de investimento com maior área de intervenção.

### Agricultor

Para efeitos de atribuição do prémio por perda de rendimento, no âmbito da florestação de terras agrícolas, e de acordo com o conceito de agricultor nos termos do n.º do artigo 14.º do Regulamento de Aplicação, é atribuído o referido prémio:

- às pessoas singulares que comprovem por declaração de IRS que no ano fiscal anterior ao da candidatura 25% do seu rendimento declarado (com excepção dos rendimentos prediais e provenientes de mais-valias) proveio da actividade agrícola e dediquem, no mínimo, 25% do seu tempo de trabalho a esta actividade;
- às pessoas colectivas que nos termos estatutários tenham exclusivamente por objecto a actividade agrícola, conforme original ou fotocópia autenticada dos mesmos, e comprovem que pelo menos 10% do seu capital social é detido pelos seus administradores ou gerentes que sejam pessoas singulares que se enquadrem no ponto anterior:

No caso dos produtores suberícolas que exercem a actividade a título não exclusivo, o rendimento desta actividade agrícola a considerar será o correspondente a 10% do rendimento declarado, uma vez que se estima que o número de anos necessários à formação daquele rendimento é de dez anos.

 <b>GUIA DO BENEFICIÁRIO</b>	<b>ORIENTAÇÃO TÉCNICA ESPECÍFICA</b>	<b>Nº 20</b>
	<b>ACÇÃO 2.3.2</b>	
<b>ASSUNTO: Pedidos de Apoio</b>	<b>Versão Actualizada, de 28.01.2010</b>	

Considera-se actividade agrícola a actividade que compreende as CAE 01 (agricultura, produção animal, caça e actividades dos serviços relacionados) ou a CAE 01 em simultâneo com a CAE 021 (silvicultura e outras actividades);

A percentagem do tempo de trabalho na actividade agrícola, quando o beneficiário exerce mais do que uma actividade, é calculada com base no número de horas semanais de trabalho relativas a

cada uma das actividades que exerce, sendo que nas situações em que o horário de trabalho na actividade não agrícola é de 35 ou de 40 horas semanais se admite como tempo mínimo dedicado à agricultura 11,5 e 13 horas semanais, respectivamente. Esta regra deve adaptar-se a outras situações similares.”

### Limites

Quando num pedido de apoio sejam ultrapassados os limites máximos dos apoios estabelecidos por beneficiário, o excedente será automaticamente reduzido proporcionalmente pelas várias rubricas de investimento.

Quando um beneficiário apresente pedidos de apoio que ultrapassem, em conjunto, aqueles limites máximos, é notificado para indicar os pedidos de apoio que pretende manter, bem como a respectiva distribuição do montante máximo juntando-se, para o efeito, a informação dos mesmos.

Nestas situações, o promotor enviará novas estruturas de financiamento, ajustadas à distribuição do apoio.


### APRESENTAÇÃO DOS PEDIDOS DE APOIO

Um promotor pode apresentar vários pedidos de apoio.

No período definido para apresentação dos pedidos de apoio, um promotor que considere que cometeu um lapso no preenchimento do formulário, poderá submeter outro, devendo assinalar que constitui uma substituição.

Um promotor pode desistir de um pedido de apoio apresentado, devendo efectivá-lo na área reservada que lhe foi atribuída no sítio do PRODER, nos termos estabelecidos na Orientação Técnica Geral nº 1, divulgada naquele sítio.1



 <b>GUIA DO BENEFICIÁRIO</b>	<b>ORIENTAÇÃO TÉCNICA ESPECÍFICA</b>	<b>Nº 20</b>
	<b>ACÇÃO 2.3.2</b>	
<b>ASSUNTO: Pedidos de Apoio</b>	<b>Versão Actualizada, de 28.01.2010</b>	

## ANEXO I

### Termos mínimos do contrato de gestão

1. Identificação do titular do prédio ou prédios rústicos onde incidem os investimentos e do promotor do pedido de apoio;
2. Identificação do prédio ou prédios rústicos, através da descrição na Conservatória do Registo Predial ou do artigo da matriz;
3. Indicação da área, em hectares, abrangida pelo contrato ou procuração;
4. Atribuição, pelo titular do prédio ou prédios rústicos ao promotor do pedido de apoio:
  - 4.1 de poderes necessários para a execução da operação, nomeadamente para o seguinte:
    - e. Apresentar junto do PRODER o ou os pedidos de apoio no âmbito da Subacção em causa;
    - f. Executar os investimentos nos termos do pedido aprovado pelo Gestor do PRODER e de acordo com o contrato de financiamento celebrado com o Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P., (IFAP,I.P);
    - g. Receber do IFAP, I.P, nos termos do contrato de financiamento celebrado, os montantes dos apoios concedidos até ao final do contrato;
    - h. Requerer junto de entidades públicas e privadas os pareceres e licenças necessárias à execução da operação;
  - 4.2 de permissões necessárias ao total cumprimento das obrigações legais do promotor;
5. Indicação do período de duração por tempo não inferior ao das obrigações decorrentes do contrato de financiamento celebrado com o Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P., (IFAP,I.P);

No contrato de gestão deve ainda constar:

6. A atribuição, pelo titular do prédio ou prédios rústicos ao promotor do pedido de apoio, das competências de gestão necessárias para a execução do plano de gestão florestal.